



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0005386-69.2017.8.26.0566 - 2017/001567**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação de direito autoral**
 Documento de Origem: **IP, BO - 133/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1394/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **PAULO ALBERTO LIBERATO RODRIGUES**
 Data da Audiência: **01/10/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **PAULO ALBERTO LIBERATO RODRIGUES**, realizada no dia 01 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença da acusada, acompanhada do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida uma testemunha e realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO**: MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **PAULO ALBERTO LIBERATO RODRIGUES** pela prática de crime de violação de direito autoral. Instruído o feito, requeiro a procedência. Materialidade comprovada pelo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-140

FLS.	

laudo pericial. A autoria foi confessada pelo acusado e corroborada com a prova oral. Primário merece pena mínima, com restritiva de direitos. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 184, Parágrafo: 2º, do C.P. O acusado confessou os fatos, e alegou erro de ilicitude, pelo que deve ser absolvido. Em caso de condenação requer a aplicação de pena no mínimo legal. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. PAULO ALBERTO LIBERATO RODRIGUES**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 184, §2º, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** Não há dúvida de que o réu expôs à venda os CDs e DVDs, cuja produção não foi autorizada por quem de direito, isto é, por seus autores intelectuais. A prova produzida nos autos não deixa dúvida disso e a materialidade está bem comprovada. Todavia, não há injusto penal. Trata-se de crime de perigo, aquele descrito no tipo do artigo 184, Parágrafo: 2º, do C.P. Como todo crime de perigo existe uma tolerância social ao risco. Isto é, existem riscos socialmente aceitos e outros riscos que se situam numa zona inaceitável pela sociedade. Com o advento da tecnologia que permitiu a transmissão de dados em alta velocidade e alta qualidade, permitiu-se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-140

FLS.

também que se produzissem CDs e DVDs sem a autorização de seus autores intelectuais bem como permitiu-se o trânsito livre desses dados e respectivos direitos autorais pela rede internacional de computadores. É bem verdade que quando se pensou nessa tecnologia não se pensava em lesar o patrimônio dos autores intelectuais. Pensava-se, sim, na melhoria dos mercados financeiros, na agilização dos negócios, etc. Todavia, a sociedade aceitou essa tecnologia e a utiliza para outros fins. Assim, são utilizados meios tecnológicos de transmissão de dados para a obtenção de direitos autorais não autorizados por diversas outras formas que não seja através da confecção de CDs e DVDs piratas, tampouco da respectiva comercialização. Com isso se quer dizer que a conduta do réu situou-se abaixo da zona de perigo socialmente inaceitável, uma vez que podem-se lesar direitos autorais de graça enquanto aquela que comercializa o faz onerosamente, isto é, torna mais difícil a lesão ao direito autoral na medida em que cobra pelo DVD pirata, enquanto qualquer um pode obter a música de sua preferência numa *lan house*, ou gratuitamente em casa. Existem diversos sites que permitem o *streaming* de variados tipos de filmes, shows musicais e todo o tipo de produção artística, bem como intelectual que pode ser obtida com conhecidos códigos que passam pelos bloqueios de obras literárias. Obviamente isso não é correto. É ilícito. Mas não é ilícito penal, não há ilícito criminal. A própria conduta da polícia consistente em apreender todo o material exposto à venda pelo comerciante já é suficiente para inibir a conduta atuando satisfatoriamente para fins preventivos gerais e especiais. Note-se que a ação policial que apreende o material é legítima, pois há tipicidade formal, bem como ilicitude formal, e por serem tais CDs e DVDs produzidos ilicitamente, devem ser destruídos. Mas isso não significa que a responsabilidade

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-140

FLS.

penal subjetiva é uma consequência necessária. Não existe esse raciocínio cartesiano entre ilicitude e tipicidade formal e responsabilidade penal subjetiva. Tampouco existe consequência necessária entre ilicitude e tipicidade formal e as mesmas categorias no plano material. Em verdade pode-se dizer no caso concreto que vender DVD pirata diminui o risco ao patrimônio intelectual, pois a quase totalidade das obras podem ser obtidas gratuitamente em *streamings* pela Internet. Aquele que cobra por estas mesmas obras dificulta o acesso a ela por cobrar por algo que pode ser conseguido gratuitamente. Assim, não havendo sequer situação de perigo abstrato, muito menos concreto, o réu deve ser absolvido. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **PAULO ALBERTO LIBERATO RODRIGUES** da imputação de ter violado o disposto no artigo 184, §2º, do Código Penal, com base no artigo 386, VII, do C.P.P. Publicada em audiência, saem os presentes intimados. Nada mais. Eu, _____, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CLÁUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: